

----- **ACTA N.º 11/2009** -----

-----Aos três dias do mês de Junho de dois mil e nove, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica, Dina Maria da Silva. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----Relativamente aos trabalhos a mais nas obras públicas, o Senhor **Vereador Rui Correia** começou por dizer que se informou e que de facto estes têm que ser presentes a reunião de Câmara, para serem do conhecimento de todos os Vereadores. -----

-----Referiu também que em reunião de Câmara, havia ficado lavrado em acta que os serviços responsáveis, deveriam enviar os mapas onde

constassem esses trabalhos a mais, mas até à presente data, ainda não lhe foram facultados esses dados. -----

-----De seguida, pretendeu saber quantos contratos de comodato relativamente às escolas primárias devolutas, foram celebrados e com quem, uma vez que, ouviu dizer que foram celebrados mais contratos de comodato, do que os que efectivamente vieram a reunião de Câmara. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** sobre este assunto deu conhecimento de que apenas foi aprovado um contrato de comodato em reunião de Câmara, que é o referente à escola do Cadafaz. -----

-----Disse que numa próxima reunião de Câmara, irá dar conhecimento de todos os Contratos de Comodato, que estão para ser elaborados no Gabinete Jurídico. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse que por estes edifícios serem pertença da Autarquia, é que questionou. O estabelecido foi que os Contratos de Comodato viriam a reunião do Executivo para discussão e análise, para posteriormente serem aprovados, mas o que se verifica é precisamente o contrário. -----

-----Disse que o Contrato de Comodato do Cadafaz foi aprovado em reunião de executivo, e que havia ficado acordado que todos os outros pedidos seriam estudados caso a caso, para estabelecer os critérios de uso desses equipamentos. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que estes espaços se encontram degradados, não tendo a Câmara meios para efectuar a sua recuperação. Disse que as Associações que estão a usufruir desses lugares, é que deveriam fazer a sua manutenção. ---

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** disse estar de acordo que sejam as Associações que usufruam desse espaço e que façam a respectiva

manutenção. Disse que se há uma Associação a precisar de um espaço, concorda em pleno que o cedam, mas que deveria ser dado conhecimento desses pedidos em reunião de executivo, para que tenham o seu percurso normal.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a escola do Cadafaz foi objecto de uma candidatura ao POPH, por isso, era urgente que se fizesse o Contrato de Comodato. Disse que irá ser solicitado ao Gabinete Jurídico uma relação de todos os pedidos de escolas devolutas, para dar conhecimento em reunião de executivo.-----

-----Já foram solicitados edifícios escolares por algumas Associações, tais como: Juntas de Freguesia, o Clube de Caça e Pesca, entre outros, que irão levar a reunião de Câmara para análise de todo o Executivo, para posteriormente serem cedidos às Associações com melhores condições.----

-----Quanto aos mapas sobre os trabalhos a mais das obras públicas, disse que a Responsável pelo Gabinete de Obras Municipais, por motivos de saúde não esteve ao serviço, não sendo por isso possível reunir essa documentação para esta reunião, sendo posteriormente apresentado numa próxima, para esclarecimento e debate dos Senhores Vereadores. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que a explicação prestada pelo Senhor Presidente o deixou esclarecido. -----

-----Questionou que tendo havido já há alguns meses um concurso para caminhos rurais agrícolas, o do Carril e o de Cortiço, em que ponto de situação se encontram essas obras, se houve um prazo para o seu início, porque segundo é do seu conhecimento, as mesmas ainda não tiveram início, se isso se deve a falta de verbas ou se por outro motivo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que essas obras irão ter início neste mês de Junho, uma vez que, houve prorrogação do Programa AGRIS a que esses caminhos foram candidatados.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** referindo-se à situação social no Concelho de Celorico da Beira, disse que hoje em dia, conseguem dar uma resposta mais pronta aos idosos, do que há uns anos atrás, embora seja importante conhecer a capacidade de resposta que existe para o número de idosos que temos. -----

-----Fica preocupado com o que está acontecer pelas nossas freguesias, uma vez que, verifica que cada uma quer ter um lar para idosos, de forma a dar resposta aos idosos da freguesia.-----

-----No seu entender a construção de novos equipamentos é uma questão sensível e tem que ser reflectida, porque a verificar-se um crescimento nestes moldes, um dia irão faltar potenciais interessados, uma vez que, a população apesar de estar a ficar cada vez mais envelhecida, o número de respostas sociais é cada vez maior. Deu como exemplo a freguesia de Lageosa do Mondego onde, presentemente existem três lares, dois privados e uma IPSS. -----

-----Disse que, tal como aconteceu no passado onde foi gasto muito dinheiro na construção de polidesportivos, sendo que, actualmente alguns não são frequentados, nem mantidos em condições de utilização, também a breve trecho (no prazo de 10 anos), se irá passar o mesmo nestes equipamentos que hoje estão a ser construídos. Frisou que correm sérios riscos de daqui a alguns anos, estarem a discutir o futuro a dar a estes edifícios. Conclui que se está a caminhar para um futuro cada vez mais preocupante. -----

-----Disse que era interessante criar uma federação concelhia das Associações para dar resposta e apoio aos mais necessitados e idosos do concelho, através de uma dinâmica própria e com iniciativas oportunas. -----

-----Disse que há a possibilidade de num futuro próximo, haver lares e centros de dia com uma ocupação a 50% e a serem confrontados com a falta de meios para poderem subsistir, resultando daí o encerramento de

muitos destes equipamentos, devendo as pessoas ser sensibilizadas para este problema. -----

-----Deixou ainda uma sugestão, porque não, haver redes de apoio aos mais necessitados e idosos, entre as diferentes freguesias, a partir dos equipamentos que já existem, sendo esta, uma forma de não ser despendido tanto dinheiro e de existir uma melhor interligação e utilização de recursos. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que na última reunião da Rede Social, ficou transcrito em acta uma proposta para a criação de uma Federação a nível concelhio, onde estivessem presentes as Associações e as Juntas de Freguesia a fim de estudarem esta questão das redes de apoio entre freguesias. Disse que irão reunir para debater este tema e a partir daí, então, começarem a trabalhar em conjunto. Também concorda com algumas exposições feitas pelo Senhor Vereador Hélder Bruno. -----

-----Referiu que na questão de equipamentos ainda não estão bem servidos, porque caminha-se para uma população cada vez mais envelhecida e a construção de alguns lares poderão ou não, ter viabilidade, porque requerem pareceres da Segurança Social, que poderá vir a inviabilizar alguns, por falta de condições. Na sua opinião a freguesia que tiver essa infra-estrutura, vai captar mais utentes entre a região mais próxima, desertificando outras em prol do seu benefício. -----

-----Referiu ainda, que cada vez mais, as pessoas à medida que vão envelhecendo, desejam ficar num ambiente que lhes seja mais familiar. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** também concorda com a criação de uma federação, porém, acha que vai levar algum tempo a que essas pessoas entendam o papel desta federação. Existem duas questões com quais não concorda, em primeiro lugar, a de limitar as freguesias com este tipo de equipamento e outra a econometria social. -----

-----Disse que, sendo projectada a nossa geração para uma esperança de vida superior à actual, daqui a alguns anos vamos assistir à mobilidade das pessoas que vivem em grandes centros, para o interior, porque as condições de vida são melhores, em questão de tranquilidade e de uma vida mais saudável. -----

-----Espera que as candidaturas destes novos equipamentos sejam aprovadas.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que também concorda com o que foi dito, mas à Câmara compete estudar todas as candidaturas, apresentar projectos e aguardar que venham todos aprovados.-----

-----Disse que a criação desta federação tem de merecer parecer por parte do CLAS, e serem analisados caso a caso.-----

-----Apesar de as pessoas saírem deste concelho em busca de novas oportunidades, de melhores condições de vida, mais tarde, muitas delas voltarão para as suas terras, para viverem com tranquilidade a sua velhice.-

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que o problema não é só deste concelho, mas sim, também de outros municípios. Relativamente à construção de novos equipamentos, não vai discutir os critérios da Segurança Social, para permitir o aparecimento de outros, mas manifesta a sua preocupação para a realidade actual pelo gasto de dinheiro na construção de tantos equipamentos e, para o futuro, pela sua ocupação. ---

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que também há uma diferença acentuada em questão de preços entre o Litoral e o Interior. Os lares do Interior têm mensalidades mais baratas e há muitas pessoas que se refugiarão nestes locais e em tudo isto só vê vantagens. Essas pessoas poderão vir a ser uma mais-valia no Concelho, a nível económico.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Lagar Municipal foi nomeado como um dos melhores restaurantes do distrito e também da zona Centro do País, dando os parabéns aos funcionários. -----

-----Os Senhores **Vereadores da Oposição** corroboraram das palavras do Senhor Presidente e endereçaram aos funcionários do Lagar Municipal os parabéns pela nomeação. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**REGISTO DE MINA/ISENÇÃO DE TAXAS:**-----

-----**Requerente: João da Silva;**-----

-----**MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A JUNTA DE FREGUESIA DE CADAFAZ – RATIFICAÇÃO;**-----

-----**ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE MAÇAL DO CHÃO – ATRIBUIÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA A EXECUÇÃO DA OBRA “CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE LAZER COM PISCINA” FREGUESIA DE MAÇAL DO CHÃO;**-----

-----**INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA – ACORDO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROHABITA;**-----

-----**GRUPO PARLAMENTAR DO PCP;**-----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS – PROCEDIMENTOS EFECTUADOS AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO;**-----

-----**POSSE ADMINISTRATIVA – HABITAÇÃO EM RUÍNAS – FONTE ARCADA FREGUESIA DE VALE DE AZARES;**-----

-----POSSE ADMINISTRATIVA – CASA EM RUÍNAS NA RUA DA
CORREDOURA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 15/04; -----
-----MAPA DE OBRAS PARTICULARES.-----

-----I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA
VINTE DE MAIO DE DOIS MIL E NOVE-----

-----Foi presente a acta número dez, da reunião ordinária do Executivo de
vinte de Maio de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por
todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a
mesma aprovada por maioria, com uma abstenção.-----

-----Absteve-se o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José
Francisco Gomes Monteiro, por não ter estado presente na referida
reunião. -----

-----II - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

-----ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE ANEXO PARA ARRUMOS E
CHURRASQUEIRA - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS-----

-----Requerente: Associação de Solidariedade Social e
Melhoramentos de Fornotelheiro-----

-----Foi presente requerimento n.º 386, datado de 22/05/2009, em nome
da Associação de Solidariedade Social e Melhoramentos de Fornotelheiro,
pretendendo a isenção do pagamento de taxas para a Construção de um
anexo destinado a arrumos e churrasqueira, sita em Bairro Novo, freguesia
de Fornotelheiro, concelho de Celorico da Beira. -----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor,
nomeadamente D.L. 555/99 de 16/12 alterado pela L. 60/07 de 04/07, o
Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do
Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra
enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14º do

Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

-----“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.-----

-----A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas, para a Construção de um anexo destinado a arrumos e churrasqueira, a Associação de Solidariedade Social e Melhoramentos de Fornotelheiro.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----III - **SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO:** ATRIBUIÇÃO DE TRÊS LUGARES DE ESTACIONAMENTO -----

-----**Requerente:** Óptica Celoricense, Lda. -----

-----Foi presente informação interna do GTM, n.º CN 140/2009, datada de dezanove de Maio do corrente ano, informando que analisado o assunto, informam que a firma Óptica Celoricense, Lda., com sede na Rua Sacadura Cabral, nesta Vila de Celorico da Beira, requer a atribuição de três lugares de estacionamento frente à sede da empresa, comunicando que os mesmos se destinam a melhorar o funcionamento e desempenho da firma. -----

-----Sobre o assunto refere que, a atribuição de lugares de estacionamento na zona solicitada, contraria o disposto na alínea a), do N.º 1, do artigo 50º do D.L. N.º 44/2005 de 23 de Fevereiro (Código da Estrada), onde é referido que “É proibido o estacionamento impedindo o trânsito de veículos ou obrigando à utilização da parte da faixa de rodagem

destinada ao sentido contrário, conforme o trânsito se faça num ou em dois sentidos”.-----

-----Sabendo que, o arruamento em causa tem dois sentidos de trânsito, e que a largura mínima de um lugar de estacionamento é de 2,25m (Portaria 1136/2001 de 25 de Setembro), a área útil sobran­te para circulação resultaria insuficiente para garantir dois sentidos de trânsito. -----

-----**Face ao exposto na informação técnica, a Câmara deliberou indeferir a pretensão da requerente.** -----

-----**ASSUNTO: CORTE DE RUAS**-----

-----**Requerente: Grupo Cultural dos Amigos de São Pedro**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 141/2009, datada de vinte e oito de Maio de dois mil e nove, referindo que analisado o assunto solicitado pelo Grupo Cultural dos Amigos de São Pedro, informa que não vê qualquer inconveniente no corte de circulação automóvel na Rua Sacadura Cabral, entre a Residencial Parque e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, em Celorico da Beira, nos dias 26, 27, 28 e 29 de Junho, entre as 21h e a 1h da manhã, desde que, seja sempre salvaguardada a possibilidade de circulação automóvel dos residentes, bem como, a circulação dos veículos prioritários. -----

-----No que respeita ao corte permanente de trânsito da Rua Fernão Pacheco, entre a Rua Chão da Fonte e a Rua de São Pedro, nesta Vila de Celorico da Beira, nos dias 25, 26, 27, 28 e 29 de Junho, após deslocação ao local com um elemento da Comissão de Festas de São Pedro, verificou-se a necessidade pelas dimensões do palco solicitado pelos conjuntos musicais, que o mesmo terá que ocupar toda a largura do arruamento da Rua Fernão Pacheco, na continuidade do Largo Tenente Coronel Alberto Magalhães Osório.-----

-----Efectuando-se o trânsito na Rua Fernão Pacheco no sentido da Rua Sacadura Cabral/Praça de Santa Maria, e caso seja concedido o pedido do

requerente neste arruamento, o sentido deverá ser descendente e apenas autorizado aos moradores e veículos prioritários.-----

-----Caso venham a ser autorizados os pedidos, deverão os respectivos serviços administrativos da autarquia, informar desse facto à GNR, Bombeiros Voluntários, bem como, à população em geral através de avisos.

-----**A Câmara deliberou autorizar o corte de circulação automóvel na Rua Sacadura Cabral, entre a Residencial Parque e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, em Celorico da Beira, nos dias 26, 27, 28 e 29 de Junho, entre as 21h e a 1h da manhã, desde que, seja sempre salvaguardada a possibilidade de circulação automóvel dos residentes, bem como, a circulação dos veículos prioritários.**-----

-----**Mais deliberou autorizar o corte ao trânsito nos dias 25, 26, 27, 28 e 29 de Junho, na Rua Fernão Pacheco em Celorico da Beira, efectuando-se o corte permanente ao trânsito, entre a Rua Chão da Fonte e a Rua de São Pedro, e o corte excepto a moradores e veículos prioritários, entre a praça de Santa Maria e a Rua de São Pedro, efectuando-se apenas este troço no sentido descendente.**-----

-----**Foi ainda deliberado que deverão os respectivos serviços administrativos desta autarquia, informar desses factos à GNR, Bombeiros Voluntários, bem como, à população em geral através de avisos.**-----

-----**IV - BAIXO MONDEGO - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL**-----

-----**ASSUNTO: ENVIO DE MOÇÃO**-----

-----Foi presente ofício com a referência n.º 105, datado de 20/05/2009, proveniente do Baixo Mondego – Comunidade Intermunicipal, enviando cópia da Moção sobre a Deslocalização da Direcção Regional da Economia do Centro (DRE–Centro), apresentada pelo Grupo de Deputados do Partido Socialista, na sessão de 15 de Abril da Assembleia

Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego – CIM-BM. -- -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----V - **UNIÃO HUMANITÁRIA DOS DOENTES COM CANCRO** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO**-----

-----Foi presente ofício da União Humanitária dos Doentes com Cancro, datado de treze de Maio de 2009, solicitando um donativo desta Autarquia no montante de 2 500€. -----

-----A Câmara ficou sensibilizada com o trabalho desempenhado pela União Humanitária dos Doentes com Cancro, mas, atendendo à actual conjuntura financeira da Autarquia, vê-se impossibilitada de contribuir condignamente para esta causa. -----

-----VI - **JUNTA DE FREGUESIA DE LINHARES DA BEIRA** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO (SUBSÍDIO)**-----

-----Foi presente ofício datado de 05/04/2009, em nome da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, solicitando um apoio financeiro no valor de 1 000€, para compartilhar a despesa com o aluguer de 2 autocarros que a Freguesia irá fazer com o objectivo de levar 150 pessoas da Freguesia a passar um dia na Região do Douro. -----

-----A Câmara deliberou atribuir um subsídio no montante de 500€ (quinhentos euros), à Junta de Freguesia de Linhares da Beira, para compartilhar a despesa com o aluguer de 2 autocarros, com o objectivo de levar 150 pessoas da Freguesia a passar um dia na Região do Douro.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**VII - ASSOCIAÇÃO NACIONAL MUNICÍPIOS PORTUGUESES**-----

-----**ASSUNTO: EXERCÍCIO DO DIREITO DE RESPOSTA**-----

-----Foi presente circular n.º 71/2009-ECO, datada de 19/05/2009, proveniente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dando conhecimento que, na sequência da recusa de um Jornal Diário de publicar um texto ao abrigo do direito de resposta, foi interposta uma acção judicial nos termos do artigo 27º da Lei de Imprensa, a qual, considerando improcedentes, todos os argumentos apresentados pela direcção do jornal para a recusa de publicação, determinou a publicação no jornal em causa, fazendo-a acompanhar da menção de que tal publicação é efectuada por efeito de decisão judicial. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**VIII - MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS - GABINETE DO CEME**-----

-----**ASSUNTO: EXERCÍCIO "ORION 09"**-----

-----Foi presente ofício com a referência n.º 00585225-05-09, datado de 21/05/2009, em nome do Ministério da Defesa Nacional, comunicando que o Exército vai conduzir, no período de 06 a 16 de Outubro do corrente ano, o Exercício "ORION 09", tendo sido criado um cenário fictício com a finalidade de desenvolver uma Operação de Resposta a Crise. -----

-----Face ao exposto, na sequência de contactos preliminares já estabelecidos, vêm confirmar a intenção de realizar uma parte substancial do Exercício "ORION 09" na região de Celorico da Beira, esperando contar com o apoio da Câmara Municipal, cujos detalhes serão oportunamente definidos através da Brigada de Intervenção, aquartelada em Coimbra. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**REGISTO DE MINA/ISENÇÃO DE TAXAS**-----

-----**Requerente: João da Silva**-----

-----Foi presente informação interna n.º 1414, datada de 19/05/2009 do Gabinete Jurídico, referindo que o Senhor João da Silva, morador em Maçal do Chão, veio suscitar algumas questões sobre a existência de uma mina de água na sua propriedade, a qual abastecesse o consumo de água, da freguesia onde o mesmo reside.-----

-----Quanto à primeira questão, embora a mina de água se encontre no prédio do requerente, o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, veio estabelecer as bases para a gestão sustentável das águas e o quadro institucional para o respectivo sector, assente no princípio da região hidrográfica como unidade principal de planeamento e gestão, tal como imposto pela mencionada directiva.-----

-----Qualquer interessado pode apresentar junto da autoridade competente um pedido de informação (art. 11º do supra referido D.L.), para obtenção de licenciamento.-----

-----Assim cabe ao utilizador do recurso hídrico, requerer o título de utilização e não ao proprietário do prédio. O pagamento de taxas relativas a esta utilização será suportado pelo utilizador.-----

-----Quanto à isenção da taxa de consumo de água, como contrapartida pelo fornecimento da água proveniente da mina, deverá o interessado apresentar requerimento a solicitar a isenção, e posteriormente ser objecto de deliberação em reunião de Câmara Municipal.-----

-----**Face ao exposto, foi deliberado que deverá o utilizador do recurso hídrico, Município de Celorico da Beira, requerer o título de utilização, e efectuar o respectivo pagamento de taxas relativas a essa utilização.**-----

-----**Mais foi deliberado que quanto à isenção da taxa de consumo de água, como contrapartida pelo fornecimento da água proveniente da mina, deverá o interessado apresentar requerimento a solicitar a**

isenção, o qual será posteriormente objecto de deliberação em reunião de Câmara Municipal.-----

-----**MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E A JUNTA DE FREGUESIA DE CADAFAZ – RATIFICAÇÃO**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia catorze de Maio de dois mil e nove, emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, com o seguinte teor “proceda-se à rectificação da pessoa indicada como comodatário, para Associação de Solidariedade do Cadafaz, bem como, constar como não inscrita a alínea d), da cláusula terceira”, relativo à Minuta do Contrato de Comodato entre o Município de Celorico da Beira e a Junta de Freguesia de Cadafaz. -----

-----**A Câmara deliberou ratificar o despacho emanado pelo Senhor Presidente da Câmara, no dia catorze de Maio de dois mil e nove, com o seguinte teor “proceda-se à rectificação da pessoa indicada como comodatário, para Associação de Solidariedade do Cadafaz, bem como, constar como não inscrita a alínea d), da cláusula terceira”, relativo à Minuta do Contrato de Comodato entre o Município de Celorico da Beira e a Junta de Freguesia de Cadafaz.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE MAÇAL DO CHÃO – ATRIBUIÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA A EXECUÇÃO DA OBRA “CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE LAZER COM PISCINA” FREGUESIA DE MAÇAL DO CHÃO**

-----Foi presente ofício datado de 29/05/2009, em nome da Associação Juvenil de Maçal do Chão, referindo que atendendo às dificuldades económicas que enfrenta, e existindo vontade dos seus associados em

contribuir para o desenvolvimento local, e melhoria das condições de vida dos munícipes que ali residem, nomeadamente na vertente sociocultural, vêm requerer a atribuição de um financiamento para a execução da obra “Construção de Espaço de Lazer com Piscina”, no montante de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) + IVA, para ao qual já existe projecto aprovado pelos serviços da autarquia, requerendo ainda que a Câmara Municipal de Celorico da Beira se obrigue com o empreiteiro que irá executar a obra, para que as facturas sejam emitidas em nome da Associação até esse montante. -----

-----Mais solicitam que o financiamento requerido seja efectuado de forma faseada, com inicio no presente ano, e termo em 2013. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que este pagamento irá ser feito ao longo de cinco anos e de forma faseada, propondo para o efeito o seguinte plano de pagamentos: -----

-----Ano de 2009:-----

-----Julho: 2000€, Agosto: 2000€, Setembro: 1000€, Outubro: 1000€, Novembro: 1000€ e Dezembro: 1000€; -----

-----Ano de 2010, 2011, 2012 e 2013:-----

-----Maio: 4250€ e Setembro 4250€. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que conhece esta Associação já há algum tempo, e que é de todo o interesse a construção destas piscinas, para solucionar um problema que existe há algum tempo. Pretendeu saber se esta obra ficará a cargo da Associação Juvenil, ao que o Senhor Vereador António Silva respondeu que sim.-----

-----Disse que as infra-estruturas já existem há algum tempo, e questionou o porquê, de só agora se iniciarem as respectivas obras.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que houve uma primeira candidatura, mas que não obtiveram qualquer resposta, por isso só

agora o início desta obra. A autarquia considera que esta obra irá contribuir para o desenvolvimento da freguesia.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que esta obra, efectivamente teve início há já algum tempo atrás. Disse que neste momento há responsabilidades assumidas por parte da Junta de Freguesia e da Associação, para com o empreiteiro, sendo que, este permitiu que fossem dadas algumas facilidades à Autarquia e Junta de Freguesia.-----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Rui Correia** disse ficar regozijado, uma vez que ao fim de tantos anos de luta, coincidência ou não, haja vontade de terminar este projecto, para que a Freguesia de Maçal do Chão tenha a sua piscina em fim de mandato. -----

-----Disse que também a freguesia de Lageosa do Mondego tem uma piscina ao ar livre, apenas lamenta que a Vila de Celorico da Beira, sede do Concelho não a tenha e merecia ter. Tem pena que assim seja, pois lamenta que não tenha sido dado andamento ao projecto, apresentado no início deste mandato em que se previa entre outras infra-estruturas, uma piscina exterior a executar no complexo desportivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que todas as obras que são realizadas neste Concelho são em comunhão com todo o Executivo. A Câmara elaborou um projecto prévio para um complexo desportivo nesta Vila, mas a situação financeira desta Autarquia, actualmente, não permite avançar para uma obra dessa envergadura. A Câmara não tem capacidades próprias para essa infra-estrutura, só através de uma candidatura. Terão que esperar por uma, ser feito o projecto e se merecer a aprovação, então aí a obra, poderá surgir. Disse ainda que a candidatura à Medida 4 – Mini campos, foi aprovada e vai iniciar-se agora a construção do referido mini campo.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** fez um alerta sobre a forma como as piscinas irão ser mantidas e por quem, isto para não serem dotadas ao abandono com o passar dos tempos e, responsabilizar quem as venha a explorar. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a Associação Juvenil ficou desde logo alertada para essa questão, a qual fez pesar muito na ponderação desta Câmara, por tal decisão. A Associação responsabilizou-se pela manutenção dessa infra-estrutura. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** referiu que a Junta de Freguesia também irá participar com um montante de 10 mil euros para a execução da obra das piscinas de Maçal do Chão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que já tinham reunido com a Associação Juvenil e a Junta de Freguesia de Maçal do Chão com o fim de estabelecerem normas e chegarem a um consenso sobre a manutenção a fazerem nas piscinas e sua envolvimento. -----

-----A **Câmara deliberou atribuir um financiamento no valor de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) + IVA, à Associação Juvenil de Maçal do Chão, para a execução da obra “Construção de Espaço de Lazer com Piscina” de forma faseada, com início no presente ano e termo em 2013, de acordo com o seguinte plano de pagamentos: -----**

-----**Ano de 2009:-----**

-----**Julho: 2000€, Agosto: 2000€, Setembro: 1000€, Outubro: 1000€, Novembro: 1000€ e Dezembro: 1000€,-----**

-----**Ano de 2010, 2011, 2012 e 2013: -----**

-----**Maio: 4250€ e Setembro 4250€ -----**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

**-----INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA –
ACORDO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA
PROHABITA-----**

-----Foi presente ofício com a referência n.º 184301, datado de 26/05/2009, proveniente do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, referindo que na sequência da candidatura do Acordo de Colaboração, formalizada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de Março, destinada ao realojamento de 15 agregados familiares residentes no concelho, informam que a mesma mereceu aprovação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, em 22/05/2009.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PCP-----

-----Foi presente ofício datado de 28/05/2009, proveniente do Grupo Parlamentar do PCP, enviando para conhecimento e eventual divulgação, as Perguntas formuladas pelos Senhores Deputados José Soeiro e João Oliveira daquele Grupo Parlamentar dirigidas ao Ministério da Educação, agradecendo antecipadamente que dos mesmos seja dado conhecimento à Assembleia Municipal: -----

----- - *Protocolos e Contratos de Execução celebrados entre o Governo e as Câmaras Municipais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 144/08, de 28 de Julho (Requerimento);*-----

----- - *Transferência de competências para os municípios em matéria de educação (Pergunta).*-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS – PROCEDIMENTOS EFECTUADOS AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO**-----

-----Foi presente informação técnica datada de 03/06/2009, da Secção de Obras Municipais, informado que desde a entrada em vigor do Código da Contratação Pública (Dec.-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro) foram elaborados, na D.P.U. os procedimentos referidos nos quadros em anexo **(anexo I)**.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**POSSE ADMINISTRATIVA – HABITAÇÃO EM RUÍNAS – FONTE ARCADA FREGUESIA DE VALE DE AZARES**-----

-----Foi presente informação interna n.º 1523, datada de 01/06/2009, do Gabinete Jurídico, referindo que foi participado pelo Gabinete Técnico Florestal deste Município, com base numa reclamação apresentada pela Senhora Cecília Marisa da Fonseca Saraiva, a existência de um prédio urbano, sito em Fonte de Arcada, freguesia de Vale de Azares, que está prestes a desmoronar, pondo em perigo pessoas e bens.-----

-----Em sequência, foi identificada uma das herdeiras de nome Deonilde dos Santos, residente em França, a qual foi notificada para proceder a obras de demolição/reabilitação do imóvel, não tendo até à presente data sido tomada qualquer medida de tutela, mantendo-se em incumprimento. ---

-----Assim, face ao risco eminente de derrocada, e perigo grave para a saúde dos moradores, vizinhos e transeuntes, de forma a permitir a reposição da legalidade urbanística, deve deliberar-se nos termos do disposto nos artigos 89º, 89º-A, 106º, 107º e 108º, da Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro:-----

-----1 – **A posse administrativa** do imóvel de forma a permitir a sua execução coerciva e reposição da legalidade urbanística. -----

-----2 – **Fixação de prazo necessário** à execução coerciva da respectiva medida de tutela da legalidade urbanística, caducando no termo do prazo fixado para a mesma. -----

-----3 – **Forma de execução** (administração directa, ou em regime de empreitada por ajuste directo mediante consulta a três empresas titulares de alvará de empreiteiro de obras públicas de classe e categoria adequadas à natureza e valor das obras. -----

-----O acto administrativo que tiver determinado a posse administrativa é notificado ao dono da obra e aos demais titulares de direitos reais sobre o imóvel por carta registada com aviso de recepção. A posse administrativa é realizada pelos funcionários municipais responsáveis pela fiscalização de obras, mediante elaboração de um auto. A posse administrativa mantém-se pelo período necessário à execução coerciva. -----

-----**Nos termos do disposto nos artigos 89.º, 89.º-A, 106.º, 107.º e 108.º, da Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, a Câmara deliberou proceder à posse administrativa do imóvel, sito em Fonte Arcada, freguesia de Vale de Azares, fixando um prazo de 180 dias necessário à execução coerciva da respectiva medida de tutela da legalidade urbanística, caducando no termo do prazo fixado para a mesma, sendo a forma de execução feita por administração directa.** -----

-----**POSSE ADMINISTRATIVA – CASA EM RUÍNAS NA RUA DA CORREDOURA – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 15/04** -----

-----Foi presente informação interna n.º 1522, datada de 01/06/2009, do Gabinete Jurídico, referindo que foi participado pelo munícipe Nuno Fragona, junto do Senhor Provedor de Justiça, a existência de uma habitação num estado de degradação total, sita em Rua da Corredoura, cujo cabeça de casal é José António Balsinha Tavares, residente em Lisboa, resultando do auto de vistoria realizado em 5 de Março de 2004,

risco eminente de desmoronamento e grave perigo para a saúde e risco da própria vida dos moradores, vizinhos e transeuntes.-----

-----Após troca de correspondência vária, com os interessados/proprietários do imóvel, não foi possível obter uma resposta exequível sobre a legalização urbanística.-----

-----Assim, face ao incumprimento, e delongas neste processo, deve deliberar-se nos termos do disposto nos artigos 89º, 89º-A, 106º, 107º e 108º, da Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro: -----

-----1 – **A posse administrativa** do imóvel por forma a permitir a sua execução coerciva e reposição da legalidade urbanística. -----

-----2 – **Fixação de prazo necessário** à execução coerciva da respectiva medida de tutela da legalidade urbanística, caducando no termo do prazo fixado para a mesma. -----

-----3 – **Forma de execução** (administração directa, ou em regime de empreitada por ajuste directo mediante consulta a três empresas titulares de alvará de empreiteiro de obras públicas de classe e categoria adequadas à natureza e valor das obras. -----

-----O acto administrativo que tiver determinado a posse administrativa é notificado ao dono da obra e aos demais titulares de direitos reais sobre o imóvel por carta registada com aviso de recepção. A posse administrativa é realizada pelos funcionários municipais responsáveis pela fiscalização de obras, mediante elaboração de um auto. A posse administrativa mantém-se pelo período necessário à execução coerciva.-----

-----**Nos termos do disposto nos artigos 89.º, 89.º-A, 106.º, 107.º e 108.º, da Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, a Câmara deliberou proceder à posse administrativa do imóvel, sito em Rua da Corredoura, Celorico da Beira, fixando um prazo de 180 dias necessário à execução coerciva da respectiva medida de tutela da legalidade urbanística, caducando no termo do**

prazo fixado para a mesma, sendo a forma de execução feita por administração directa.-----

-----MAPA DE OBRAS PARTICULARES -----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número 8, de dois mil e nove, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante **(anexo II)**.-----

-----ENCERRAMENTO-----

-----Eram dezassete horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei.-----

